


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0002501-87.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

Tratam os presentes de EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, opostos pela DEFENSORIA PÚBLICA, enquanto curadora especial do executado Luiz Lima de Oliveira, nesta execução fiscal movida por SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS em que se alega: a) nulidade da citação por edital; b) prescrição.

O embargado apresentou impugnação refutando as alegações da embargante.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

**1. Citação por edital.**

A citação por edital foi nula, mas não porque não se diligenciou em "dois endereços constantes na inicial como afirmou o embargante", mas sim porque não foram esgotadas todas as tentativas de localizar o executado.

Na inicial, não constam dois endereços e sim um só, que fora repetido pelo órgão público sob a rubrica "endereço " e "endereço de entrega". Veja-se, ambos mencionam Rua Ezilia Buonodomo Moco, 1048 Cidade Aracy.

Ademais, o aviso de recebimento retornou com a informação de "nº indicado inexistente". Sequer tentou-se a citação por oficial de justiça que muitas vezes em casos como o presente, consegue localizar o usuário ou, ao menos, o imóvel, o que não ocorreu. Isto vulnerou os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV da CF) que são mais bem promovidos e fomentados pela citação pessoal do que pela citação ficta.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

## 2. A prescrição não ocorreu.

Como decidido pelo E. STJ em recurso sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, as tarifas de água e esgoto não possuem natureza tributária (inaplicável o prazo de 05 anos do art. 174 do CTN) e a condição de ente público do prestador do serviço público apresenta-se irrelevante (inaplicável, mesmo por isonomia, o D. nº 20.910), adotando-se então o prazo prescricional geral de 20 anos do CC/16 ou de 10 anos do CC/02 (REsp 1117903/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010), observando-se ainda as regras de direito intertemporal para os casos de redução do prazo pelo CC/02 (art. 2028, CC; STJ, REsp 698.195/DF, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, 4ªT, j. 04/05/2006), quais sejam: se na entrada em vigor do CC/02 havia transcorrido mais da metade prazo prescricional, adota-se o prazo do CC/16; se na entrada em vigor do CC/02 havia transcorrido metade ou menos do prazo prescricional, adota-se o prazo do CC/02, mas o termo inicial passa a ser a entrada em vigor deste, ou seja, 11/01/03.

*Vejamos o caso em tela. Os vencimentos das tarifas são de março, abril, maio e dezembro de 2002. Quando da entrada em vigor do CC/02, havia transcorrido menos da metade do prazo prescricional. Adota-se então o prazo do CC/02, de 10 anos a partir da sua entrada em vigor, ou seja, 11/01/03. Logo, o termo final foi, março, abril, maio e dezembro de 2013.*

Todavia, o despacho do juiz que ordenou a citação, proferido em 24/10/2007, interrompeu o prazo prescricional, nos termos do art. 8º, § 2º, LEF, aplicável ao caso em tela pois trata-se de dívida de natureza não tributária.

## **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, ACOLHO EM PARTE os embargos à execução para apenas DECLARAR a nulidade da citação por edital.

A sucumbência foi parcial, compensando-se integralmente os honorários advocatícios.

Transitada esta em julgado, determino à serventia que, nos autos principais, tente-se a citação pessoal do executado no outro endereço indicado na inicial, através de oficial de Justiça.

Em sendo infrutífera, determino, desde já, a busca de endereços utilizando-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

se os sistemas informatizados que se encontrarem à disposição da serventia (Bacen, Siel, Cpfl, etc) e a consequente tentativa de citação em tais endereços.

P.R.I.

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**